



**- Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 206
10/04/09 a 16/04/09**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias (coordenação).
Mestres e Mestrandos em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP/UNESP/PUC-SP: André Cavaller Guzzi, Flávio Augusto Lira Nascimento, Leonardo Ulian Dall Evedove (bolsista CAPES) e Renata Avelar Giannini. Mestrandos em História pela UNESP de Franca: Victor Hugo de Souza Gonçalves e Tiago Pedro Vales. Graduandos em Relações internacionais pela UNESP de Franca: Adriana Suzart de Pádua (bolsista CNPq), Felipe dos Santos, Juliana Yumi Aoki, Celeste de Arantes Lazzarini e Patrícia Carmos.

Brasil formalizou empréstimo ao FMI

No dia 09 de abril, o Brasil foi convidado oficialmente a integrar o clube de países credores do Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o país aceitou o convite e comprometeu-se a usar uma parte das reservas internacionais do país para realizar empréstimos ao FMI, sendo que, indiretamente, o Brasil espera ajudar os países em desenvolvimento a saírem da crise. O empréstimo deverá ser inferior a US\$ 4,5 bilhões, mas apenas será fornecido quando o FMI solicitar. Neste caso, o governo receberá Direitos Especiais de Saque do Fundo, instrumento financeiro que pode ser contabilizado como ativo nas reservas internacionais. Mantega afirmou ainda que o Brasil poderá realizar outro aporte de recursos quando o FMI criar um título especial (Bond) para disponibilizar aos países que desejem fazer empréstimos adicionais, sem que as reservas internacionais sejam afetadas (*Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/04/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/04/2009; O Globo – Economia – 10/04/2009*).



Brasil enviou vacinas para a Bolívia

O Ministério da Agricultura doou 600 mil doses de vacina contra febre aftosa para o Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Alimentar da Bolívia (SENASAG) como parte de acordo firmado pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o vice-ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Bolívia, Remy González, em setembro de 2008, em Brasília. Até o final de 2009, o governo brasileiro planeja enviar mais 1,4 milhões de doses da vacina (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 10/04/2009).

Brasil é processado pela CIDH

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), entrou com processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o governo brasileiro. As acusações são detenção arbitrária, tortura e desaparecimento de 70 pessoas como resultado das operações do Exército brasileiro, entre 1972 e 1975, com o objetivo de acabar com a Guerrilha do Araguaia. O ministro dos Direitos Humanos do Brasil, Paulo Vannuchi, afirmou que o Brasil será condenado caso não tome providências para localizar os corpos dos mortos no Araguaia (O Globo – O País – 10/04/2009).

Brasil ataca novamente o protecionismo

O Brasil protestou novamente junto à OMC (Organização Mundial do Comércio) contra as barreiras comerciais que muitos países estão adotando. Desta vez, porém, o foco da queixa foi o protecionismo disfarçado, ou seja, muitos governos estariam driblando as regras internacionais e adotando tais medidas. O Itamaraty considera que este “novo modelo” de protecionismo é ainda mais prejudicial que o tradicional, uma vez que dificulta a abertura de queixas nos tribunais internacionais contra os países que os adotam. A solução, sob o ponto de vista do governo brasileiro, seria a conclusão da Rodada Doha como forma de limitar a atuação desses países (O Estado de S.Paulo – Economia & Negócios – 14/04/2009).

Região pressionou os EUA na Cúpula das Américas

Em reunião da Cúpula das Américas, ocorrida em Trinidad e Tobago, os principais países da região, estando à frente Brasil e Argentina, tentaram negociar uma sinalização por parte dos EUA de que o fim do embargo a Cuba é factível. O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, cobrou do presidente norte-americano o fim das restrições americanas à importação do álcool e a volta de Cuba à Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual foi suspensa em

1962. Segundo Marco Aurélio Garcia, assessor especial para assuntos de relações internacionais da presidência, o movimento pró-Cuba na OEA tem o apoio de todos os líderes da Unasul e é liderado por Brasil e Colômbia (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/04/2009; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/04/2009; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/04/2009; O Globo – O Mundo – 16/04/2009).

Lula criticou protecionismo em Fórum Econômico Mundial na América Latina

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso de abertura do Fórum Econômico Mundial na América Latina, afirmou que a crise internacional igualou pobres e ricos. O presidente brasileiro criticou o protecionismo no comércio mundial, pediu a retomada das negociações multilaterais na Rodada Doha, defendeu o papel do Estado no desenvolvimento econômico e a estatização de bancos como forma de enfrentar a crise. Mostrando-se preocupado com o aumento do protecionismo como forma de reação de alguns países à crise, Lula defendeu a reativação do comércio externo (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 16/04/2009; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 16/04/2009; O Globo – Economia – 16/04/2009).

Brasil defendeu ações afirmativas na ONU

O Brasil conseguiu incluir a defesa de ações afirmativas no projeto do acordo da conferência contra o racismo da Organização das Nações Unidas (ONU). A inclusão do tema foi considerada uma vitória diplomática pelo Itamaraty. Segundo o texto, governos são incentivados a adotar medidas, estratégias ou ações afirmativas e positivas para permitir que vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância garantam seus direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais. Os europeus insistiram para que as ações afirmativas fossem apenas mais uma entre as várias estratégias, o que o Brasil aceitou (O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/04/2009).